

CLWP EÓLICA PARQUE II S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da CLWP Eólica Parque II S.A. ("CLWP II" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2023. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Eólica Campo Largo II, com potência instalada de 29,7 MW, garantia física de 16,3 MW médios e energia comercializada no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) em leilão A-5, de 28 de novembro de 2014, pelo prazo de 20 anos. A CLWP II é uma das 11 Centrais Eólicas (Centrais) que compõem o Conjunto Eólico Campo Largo, e está localizada entre os municípios de Umburanas e Santo Sé, Estado da Bahia.

A Companhia não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Central.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da CLWP II pertence à CLWP Brasil Participações S.A., uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura, atuante nas atividades de geração centralizada e distribuída, comercialização, *trading* e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio da TAG – Transportadora Associada de Gás – em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

A economia brasileira em 2023 apresentou desempenho levemente superior ao projetado pelos economistas e pelo mercado, com inflação mais controlada e corte nas taxas de juros. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,9%, ajudado pelo bom desempenho do mercado de trabalho formal e do agronegócio. O país colheu uma supersafra e se beneficiou de preços ainda elevados das commodities no cenário internacional. Se em 2022, a maior parte da contribuição para o PIB veio da indústria e dos serviços, em 2023 o impulso veio do agronegócio e das atividades de extração. Os setores industrial e de serviços continuaram sendo afetados pelos juros em patamares ainda altos.

A inflação baixou gradualmente e encerrou o ano em 4,62%, portanto, dentro da meta estipulada pelas autoridades (de até 4,75%). A valorização do real e o choque de preços das commodities, que aumentaram cerca de 20% em 2022 e caíram em 2023, puxaram o índice de preços para baixo, assim como o aumento da oferta de alimentos. O dólar PTAX encerrou o ano em R\$ 4,84, 7,1% menor que a cotação ao final de 2022, que era R\$ 5,21.

O alívio inflacionário permitiu que o Banco Central iniciasse seu ciclo de queda da taxa Selic, com o primeiro corte anunciado em agosto. Ainda que continue alta, a taxa básica de juros da economia começou 2023 em 13,75% e terminou o ano em 11,75%, com mais sinalizações de cortes pela frente.

4. Desempenho Operacional

Em 2023, a geração total bruta da CLWP II alcançou 98,9 GWh, 4,1% menor da observada em 2022, que foi de 103,2 GWh.

O índice de disponibilidade, considerando-se todas as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 81,1%, 4,0 p.p. inferior se comparado ao ano de 2022, que foi de 85,1%.



5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	2023	2022	Variação	Variação %
Receita operacional líquida	32.335	31.751	584	1,8
Lucro bruto	23.084	17.863	5.221	29,2
Margem bruta	71,4%	56,3%		15,1 p.p.
Resultado do serviço (Ebit)	22.947	17.421	5.526	31,7
Ebitda (Lajida) ¹	29.739	24.214	5.525	22,8
Margem Ebitda (Lajida)	92,0%	76,3%		15,7 p.p.
Resultado financeiro	(5.482)	(6.308)	826	(13,1)
Lucro líquido do exercício	14.913	8.198	6.715	81,9

¹ Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + depreciação

Comentário sobre as principais variações

Receita operacional líquida: o aumento ocorreu, substancialmente, pela atualização monetária do contrato de venda de energia para a ECV, atenuado pela redução da receita de indenização por indisponibilidade reconhecida.

EBITDA: o aumento é motivado, principalmente, pelo aumento da receita operacional líquida e redução dos custos da energia vendida.

Resultado financeiro: a redução da despesa financeira é proveniente, substancialmente, do aumento da renda de aplicações financeiras e pela redução de juros e variação monetária sobre financiamento, em decorrência da redução dos índices inflacionários.

Lucro líquido do exercício: o aumento é motivado pelos efeitos anteriormente citados e pelo decréscimo do imposto de renda e da contribuição social.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2023.

8. Agradecimentos

A Administração de CLWP Eólica Parque II S.A. agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2023.

A Administração



CLWP EÓLICA PARQUE II S.A.
CNPJ Nº 16.913.777/0001-87| NIRE Nº 42 3 0004552-7
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	31.12.2023	31.12.2022
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	24.250	7.970
Contas a receber de clientes	5	2.711	2.541
Indenização por indisponibilidade a receber	12	1.668	3.965
Outros ativos circulantes		468	192
		29.097	14.668
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados	6	4.000	4.065
Outros ativos não circulantes		13	12
		4.013	4.077
Imobilizado	7	152.701	160.152
Intangível		32	36
		156.746	164.265
TOTAL		185.843	178.933
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31.12.2023	31.12.2022
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	3.620	3.381
Dividendos	11	1.417	779
Financiamento	10	6.682	6.638
Outros passivos circulantes		1.156	1.200
		12.875	11.998
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	2.684	1.581
Financiamento	10	67.320	72.992
Provisão para desmobilização	7	4.466	6.192
		74.470	80.765
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	11		
Capital social		78.100	78.100
Reservas de lucros		18.273	6.902
Dividendos adicionais propostos		2.125	1.168
		98.498	86.170
TOTAL		185.843	178.933

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CLWP EÓLICA PARQUE II S.A.
CNPJ Nº 16.913.777/0001-87 | NIRE Nº 42 3 0004552-7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	32.335	31.751
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	7	(6.792)	(6.793)
Serviços de terceiros		(3.955)	(3.786)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(2.273)	(2.124)
Transações no mercado de energia de curto prazo		4.788	-
Outros		(1.019)	(1.185)
		(9.251)	(13.888)
LUCRO BRUTO		23.084	17.863
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(137)	(442)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		22.947	17.421
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		2.035	1.600
Renda de depósitos vinculados		488	466
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(7.350)	(7.638)
Juros sobre fornecedores		(361)	(328)
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	7	(236)	(349)
Outras despesas financeiras, líquidas		(58)	(59)
		(5.482)	(6.308)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		17.465	11.113
Imposto de renda e contribuição social correntes	13		
Imposto de renda		(1.787)	(2.061)
Contribuição social		(765)	(854)
		(2.552)	(2.915)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		14.913	8.198

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	14.913	8.198
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	14.913	8.198

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CLWP EÓLICA PARQUE II S.A.
CNPJ Nº 16.913.777/0001-87 | NIRE Nº 42 3 0004552-7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

		Reservas de lucros					
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31.12.2021		78.100	652	10.584	-	-	89.336
Dividendos intermediários		-	-	(10.585)	-	-	(10.585)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	8.198	8.198
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal		-	410	-	-	(410)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(779)	(779)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	1.168	(1.168)	-
- Reserva de retenção de lucros		-	-	5.841	-	(5.841)	-
Saldos em 31.12.2022	11	78.100	1.062	5.840	1.168	-	86.170
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	(1.168)	-	(1.168)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	14.913	14.913
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal		-	746	-	-	(746)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(1.417)	(1.417)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	2.125	(2.125)	-
- Reserva de retenção de lucros		-	-	10.625	-	(10.625)	-
Saldos em 31.12.2023	11	78.100	1.808	16.465	2.125	-	98.498

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CLWP EÓLICA PARQUE II S.A.
CNPJ Nº 16.913.777/0001-87 | NIRE Nº 42 3 0004552-7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	17.465	11.113
Conciliação do lucro com o caixa das operações:		
Depreciação e amortização	6.792	6.793
Juros e variação monetária sobre financiamento	7.350	7.638
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	236	349
Juros sobre fornecedores	361	328
Renda de depósitos vinculados	(488)	(466)
Outros	9	305
Resultado antes dos tributos ajustado	31.725	26.060
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(170)	(213)
Indenização por indisponibilidade a receber	2.297	(3.965)
Outros ativos	(760)	(178)
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	-	(390)
Outros passivos	100	22
Caixa gerado nas operações	33.192	21.336
Pagamentos de juros sobre financiamento	(6.449)	(6.887)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.220)	(1.727)
Caixa líquido das atividades operacionais	24.523	12.722
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(320)	(573)
Caixa líquido das atividades de investimento	(320)	(573)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de financiamento	(6.529)	(6.461)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	553	369
Dividendos pagos	(1.947)	(11.456)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(7.923)	(17.548)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	16.280	(5.399)
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	7.970	13.369
Saldo final	24.250	7.970
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	16.280	(5.399)

As informações adicionais sobre as transações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 17 - Informações complementares ao fluxo de caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CLWP EÓLICA PARQUE II S.A.
CNPJ Nº 16.913.777/0001-87 | NIRE Nº 42 3 0004552-7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CLWP Eólica Parque II S.A. (“CLWP II” ou “Companhia”), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 24.08.2012, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de usina geradora de energia elétrica de fonte eólica e implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a Central Eólica Campo Largo II (“Usina”), a qual está localizada nos municípios de Sento Sé e Umburanas (BA) e possui capacidade instalada de 29,7 MW¹ e garantia física de 16,3 MW médios. Em 21.12.2018, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Campo Largo, com participação de 9,09%. O Consórcio Campo Largo é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 22.04.2024.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; e (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.



NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

e) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

g) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.



h) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras.

j) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Campo Largo (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

k) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina.

l) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2023. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50			
Este Pronunciamento substituiu a norma anteriormente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20			
Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; e CPC 39 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadoria.	01.04.2022	01.01.2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 22			
Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos; e CPC 41 – Resultado por ação.	04.08.2023	01.01.2023	Sem impactos relevantes.



m) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2024, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23			
Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; e CPC 06 (R2) – Arrendamentos.	04.08.2023	01.01.2024	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24			
Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 – tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) – instrumentos financeiros (evidenciação).	01.12.2023	A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovarem.	Sem impactos relevantes.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e depósitos bancários à vista	362	173
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	23.888	7.797
	24.250	7.970

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2023 e de 2022 foi de cerca de 99,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores a receber no montante de R\$ 2.711 (R\$ 2.541 em 31.12.2022) correspondem a contrato firmado com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. (“ECV”), com vencimento em 2036, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. Não havia valores vencidos em 31.12.2023 e 31.12.2022.

NOTA 6. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2023, a Companhia mantinha R\$ 4.000 (R\$ 4.065 em 31.12.2022) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.



NOTA 7. IMOBILIZADO

a) Composição

	31.12.2023			31.12.2022	
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	3,69%	175.863	(32.975)	142.888	151.039
Edificações e benfeitorias	3,48%	6.641	(1.206)	5.435	5.666
Direito de uso de arrendamentos		4.619	(379)	4.240	3.342
Móveis e utensílios	4,75%	5	-	5	-
		187.128	(34.560)	152.568	160.047
Em curso		133	-	133	105
		187.261	(34.560)	152.701	160.152

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Direito de Uso de arrendamentos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2021	157.523	5.897	3.364	-	305	167.089
Ingressos	-	-	-	-	101	101
Baixas	(298)	-	-	-	-	(298)
Remensuração	-	-	53	-	-	53
Transferências	300	1	-	-	(301)	-
Depreciação	(6.486)	(232)	(75)	-	-	(6.793)
Saldos em 31.12.2022	151.039	5.666	3.342	-	105	160.152
Ingressos	-	-	-	-	316	316
Reversão de provisão para desmobilização	(1.962)	-	-	-	-	(1.962)
Remensuração	-	-	983	-	-	983
Transferências	283	-	-	5	(288)	-
Depreciação	(6.472)	(231)	(85)	-	-	(6.788)
Saldos em 31.12.2023	142.888	5.435	4.240	5	133	152.701

c) Provisão para desmobilização

Em 2019, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente é 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2023 era de R\$ 4.466 (R\$ 6.192 em 31.12.2022), a variação do saldo é decorrente de (i) juros e variação monetária de R\$ 236 registrada no resultado de 31.12.2023 (R\$ 349 em 31.12.2022) e (ii) redução de R\$ 1.962 por revisão das premissas e estimativas que compõem o cálculo da provisão.

d) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Central Eólica Campo Largo II, com capacidade instalada de 29,7 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 05.2017.



NOTA 8. FORNECEDORES

	31.12.2023	31.12.2022
Arrendamentos a pagar	3.136	1.960
Fornecedores de materiais e serviços	908	746
Fornecedores de imobilizado	2.067	2.071
Encargos de uso da rede elétrica	193	185
	6.304	4.962
Passivo circulante	3.620	3.381
Passivo não circulante	2.684	1.581
	6.304	4.962

NOTA 9. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações da TJLP, em decorrência do financiamento contratado.

A flutuação da TJLP tende a acompanhar as flutuações das taxas de juros e efeitos inflacionários. Desta forma, o financiamento contratado tende a estar protegido pelos contratos de energia, os quais possuem cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, representando, portanto, um *hedge* natural de longo prazo. Adicionalmente, o montante correspondente à parcela da TJLP que excede 6% a.a. é incorporado ao principal da dívida, fator que mitiga o impacto imediato no fluxo de caixa da Companhia, em caso de aceleração da TJLP.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2024 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
	2023	2024	Provável	$\Delta + 25\%$ (*)	Administração
TJLP	6,6%	6,5%	-0,1 p.p.	1,6 p.p.	0,1 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2024.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2023 e os previstos no cenário provável para 2024, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2024. As variações que poderão impactar o resultado e, conseqüentemente, o patrimônio líquido de 2024, em comparação com o ano de 2023, caso tais cenários se materializem, são estas:

Financiamento	Saldo em 31.12.2023	Sensibilidade		
		Provável	$\Delta + 25\%$	Administração
TJLP	74.002	19	(858)	(57)

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.



A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2023	31.12.2022
Dívida	74.002	79.630
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(4.000)	(4.065)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(24.250)	(7.970)
Dívida líquida	45.752	67.595
Patrimônio líquido	98.498	86.170
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	0,5	0,8

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2023, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2023. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	3.620	755	620	2.753	7.748
Financiamento	6.826	13.110	13.110	42.606	75.652
	10.446	13.865	13.730	45.359	83.400



e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2023	31.12.2022
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	23.888	7.797
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	362	173
Contas a receber de clientes	2.711	2.541
Indenização por indisponibilidade a receber	1.668	3.965
Depósitos vinculados	4.000	4.065
	32.629	18.541
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	6.304	4.962
Financiamento	74.002	79.630
	80.306	84.592

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10. FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

Saldos em 31.12.2021	85.340
Juros e variação monetária	7.638
Amortização do principal	(6.461)
Amortização de juros	(6.887)
Saldos em 31.12.2022	79.630
Juros e variação monetária	7.350
Amortização do principal	(6.529)
Amortização de juros	(6.449)
Saldos em 31.12.2023	74.002
Passivo circulante	6.682
Passivo não circulante	67.320
	74.002

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2025	6.412
2026	6.412
2027	6.412
2028	6.412
2029	6.412
2030 a 2034	32.058
2035	3.202
	67.320



c) Condições contratadas

	Condições de pagamento			Saldos em 31.12.2023
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos	
BNDES	TJLP + 2,52% a.a.	06.2035	Mensais	74.002

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; (v) penhor das máquinas e equipamentos relativos ao Projeto; e (vi) fiança corporativa da controladora direta CLWP Brasil Participações e das controladoras indiretas, ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. e ENGIE Brasil Energia S.A.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants
BNDES	(i) Índice de cobertura do serviço da dívida ¹ $\geq 1,25$

(1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

Os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.

NOTA 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2023 e 31.12.2022 era de R\$ 78.100, representado por 78.100.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 78.099.999 pertencem à controladora CLWP Brasil Participações S.A. e 1 pertence à ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("ECP"). A ECP é controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A.

b) Reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício. No exercício de 2023, a Companhia distribuiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 1.417.

c) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2023, a Administração da Companhia está propondo a destinação do valor de R\$ 10.625 do lucro do exercício de 2023 para reserva de retenção de lucros. Estes recursos serão destinados a investimentos no parque gerador da Companhia.



NOTA 12. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV")	31.252	28.839
Transações no mercado de curto prazo	251	-
	31.503	28.839
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(1.140)	(1.053)
OUTRAS RECEITAS		
Receita de indenização por indisponibilidade	1.972	3.965
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	32.335	31.751

Também em 2023, a Companhia reconheceu um valor de R\$ 1.972 (R\$ 3.965 em 31.12.2022) relativos à multa contratual por indisponibilidade referente ao contrato de O&M para os parques integrantes do Consórcio Campo Largo. Esse reconhecimento foi feito em contrapartida da rubrica "Indenização por indisponibilidade a receber", a qual, em 31.12.2023 apresentava o saldo de R\$ 1.668 (R\$ 3.965 em 31.12.2022) em aberto no ativo circulante.

NOTA 13. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	2023		2022	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita operacional bruta	31.503	31.503	28.839	28.839
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	2.520	3.780	2.307	3.461
Receita financeira	2.523	2.523	2.066	2.066
Receita extraordinária	1.972	1.972	3.965	3.965
Outros	228	222	-	-
Base de cálculo	7.243	8.497	8.338	9.492
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(1.811)	(765)	(2.085)	(854)
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	24	-	24	-
Imposto de renda e contribuição social - resultado	(1.787)	(765)	(2.061)	(854)

NOTA 14. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31.12.2023, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$ 61.200.

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até novembro de 2028. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2023, era de R\$ 16.404.

NOTA 15. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios - *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) - do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Eólico Campo Largo participa da referida apólice no montante de R\$ 2.309.315 para danos materiais e R\$ 236.194 para lucros cessantes. A vigência do seguro vai até 31.05.2024.



NOTA 16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC. O valor reconhecido no resultado de 2023 foi de R\$ 120 (R\$ 114 em 31.12.2022).

b) Venda e compra de energia entre partes relacionadas

	PASSIVO	RESULTADO
	Fornecedores	Encargos de uso da rede elétrica e conexão
ENGIE	358	-
Assu V ¹	90	-
Gralha Azul Transmissão de Energia S.A.	-	16
Novo Estado Transmissora de Energia S.A.	-	22
31.12.2023	448	38
31.12.2022	356	21

(1) Central Fotovoltaica Assú V S.A.

A Companhia mantém contrato com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), com vencimento em 2036, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. O compromisso futuro deste contrato em 31.12.2023 é de R\$ 395.907. Mais informações sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas na Nota 5 – Contas a receber de clientes e Nota 12 – Conciliação da receita operacional líquida.

NOTA 17. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	2023	2022
Crédito de imposto de renda e contribuição social	(484)	(854)
Reversão de provisão para desmobilização	1.962	-
Fornecedores de imobilizado	(4)	(473)
Remensuração dos arrendamentos	983	48



(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023, da CLWP Eólica Parque II S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva
Diretora Administrativa e Financeira

Sérgio Roberto Maes
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Talisa Rezzieri
Contadora - CRC SC 036392/O-4



Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
Fax: +55 47 2111-0719
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
CLWP Eólica Parque II S.A.
Florianópolis/SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CLWP Eólica Parque II S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 22 de abril de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F-0



Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O"